



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Instrumentalidade em Serviço Social

Sumário

1.	Nome do curso e área do conhecimento.....	2
2.	Características técnicas do curso	2
3.	Público-alvo.....	2
4.	Critérios de seleção.....	2
5.	Justificativa do curso.....	3
6.	Objetivos do curso	3
7.	Competências e habilidades do curso	4
8.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
9.	Estágio Não Obrigatório.....	7
10.	Matriz curricular.....	8
11.	Carga horária.....	8
12.	Conteúdo Programático.....	8
13.	Infraestrutura física e pedagógica	26

1. Nome do curso e área do conhecimento

Nome do Curso: Instrumentalidade em Serviço Social

Área de Avaliação (CAPES): Serviço Social

Grande Área (CAPES): 60000007- Ciências Sociais Aplicadas

Área do Conhecimento (CAPES): 61000000- Serviço Social

Classificação OCDE: Saúde e bem-estar

2. Características técnicas do curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

O curso é destinado a bacharéis em Serviço Social, que almejam reflexão e aperfeiçoamento em sua prática, visando aprimoramento profissional e pessoal.

4. Critérios de seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do curso

Diante das transformações ocorridas no mundo e no mercado de trabalho, a formação continuada tornou-se um movimento necessário e indispensável a todos os profissionais.

Tendo em vista o movimento dinâmico e complexo que permeia as questões sociais no Brasil, cabe aos profissionais da área a busca pela reflexão sobre sua práxis, sob o viés teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, visando subsídios que tornem sua atuação e intervenção na sociedade mais assertiva.

As temáticas abordadas no presente curso, possibilitarão a ampliação de visão crítica e reflexiva em relação as intercorrências do cotidiano de trabalho, levando o pós-graduando a se instrumentalizar para o exercício profissional.

6. Objetivos do curso

6.1. Objetivos Gerais

- Formar e instrumentalizar os profissionais da área social para a ampliação de visão crítica e reflexiva em relação as intercorrências do cotidiano de trabalho, visando o aprimoramento das suas práticas e atuação na sociedade.

6.2. Objetivos Específicos

- Proporcionar conhecimento acerca dos processos de organização e gestão do trabalho social;
- Apresentar as metodologias de trabalho integrado;
- Refletir sobre as formas de comunicação popular e comunitária, apresentando exemplos e cases para aplicação dos conceitos trabalhados;
- Abordar conceitos e técnicas em relação a gestão de Políticas Públicas, bem como de desenvolvimento e gestão de Projetos Sociais.

7. Competências e habilidades do curso

Competências

Após o término do curso o aluno poderá desempenhar funções variadas dentro das organizações. Terá habilidades para gerir diversas áreas, tais como: financeira, produção, qualidade, contábil, marketing, recursos humanos, etc.

Habilidades

- Formar um pensamento crítico acerca de questões relacionadas a gestão empresarial;
- Desenvolver habilidades multitarefas;
- Desenvolver a capacidade de identificar oportunidades no mercado;
- Utilizar adequadamente as ferramentas tecnológicas em diferentes contextos, para diferentes problemas de negócio;
- Compreender os processos de concepção de projetos em um ambiente ágil e tecnológico.

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);

- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no

Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de

pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Seguridade social: política de Assistência Social e o Suas	0h	40h	40h
Políticas públicas de proteção às famílias	0h	40h	40h
Metodologias de trabalho integrado e protagonismo popular	0h	40h	40h
Organização e gestão do trabalho social	0h	40h	40h
Assistência à saúde das famílias	0h	40h	40h
Gestão de políticas públicas e mecanismos de participação	0h	40h	40h
Desenvolvimento de projetos sociais: planejamento, captação de recursos e redes sociais	0h	40h	40h
Gestão de projetos sociais: execução, monitoramento e avaliação	0h	40h	40h
Comunicação popular e comunitária	0h	40h	40h

11. Carga horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo Programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96.**

Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018.** Brasília, 2018.

Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco.**

Castelo Branco, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86.

Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In:

MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais.** Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed.

Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática**: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Seguridade Social: Política de Assistência Social e o SUAS

Ementa: As políticas sociais encaminham-se por transformações que foram induzidas após a construção da Constituição de 1988, nesta perspectiva, o presente estudo ofertará uma discussão sobre A Política De Assistência Social perpassando pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e o Sistema Único de Assistência Social no Brasil enquanto direito do cidadão e dever do Estado, apresentando também os principais serviços socioassistenciais existentes e que são ofertados pela Política, refletindo sobre o contexto atual.

Competências e Habilidades:

- Compreender aspectos relevantes sobre a construção histórica dos direitos sociais.
- Analisar como surgiu a política de assistência social no Brasil e suas principais características e importância;
- Assimilar os serviços socioassistenciais dentro do SUAS e suas diretrizes;
- Refletir a política de assistência social no Brasil na contemporaneidade na perspectiva dos avanços e retrocessos.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: Direitos sociais: Marco históricos importantes

Conteúdo Programático 2: A política de assistência social no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Principais Serviços Socioassistenciais do SUAS.

Conteúdo Programático 4: Debate contemporâneo sobre a política de assistência social no Brasil: Avanços e desafios.

Bibliografia básica

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS**. Brasília. DF.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência social** - PNAS, 2004. Brasília. DF.

BRASIL. **Norma Operacional Básicas do SUAS** – NOB/SUAS. 2012. Brasília. DF.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, A. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. MDS. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2009.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988. Brasília. DF.

FERREIRA, S. da S. **Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social: gestão democrática para uma ética pública**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

SANT'ANA, C. O. **Expressões de reconhecimento social de usuários de um serviço de proteção social especial do SUAS**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

TORRES, A. S. **Convívio, Convivência e Proteção Social: entre relações, reconhecimentos e política pública**. São Paulo: Veras Editora; Centro de Estudos, 2016.

Disciplina: Políticas públicas de proteção às famílias

Ementa: As políticas públicas de direito. O Estado e as manifestações da questão social. políticas públicas e de defesa de direitos em vigência no país. A Constituição Federal de 1988. Políticas para diferentes segmentos populacionais. Os direitos da família. O estatuto da Criança e do adolescente. A intersetorialidade nas políticas públicas. Direitos humanos. Convivência familiar e comunitária.

Competências e Habilidades:

- Conhecer as políticas públicas em torno da família;
- Caracterizar os direitos da família;
- Conhecer as políticas públicas em seus mais diversos segmentos populacionais;
- Realizar um debate sobre a promoção e defesa dos direitos da família.

Conteúdo Programático 1: Um debate sobre as políticas de promoção e defesa de direitos da família.

Conteúdo Programático 2: A família na legislação contemporânea;

Conteúdo Programático 3: A intersetorialidade nas políticas públicas de atendimento à família.

Conteúdo Programático 4: Direito à convivência familiar e comunitária.

Bibliografia básica

BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

MIOTO, R. C. T. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, Hélder Boska de Moraes (Org.). Serviço Social: questões contemporâneas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. v. 1, p. 125-138.

_____; SCHUTZ, F.; CAETANO, P. Família e política social: relações entre famílias e serviços de saúde. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2014.

Bibliografia complementar:

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. Código de ética do/a assistente social comentado. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, dez. 2006.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana E. Simões da et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

Disciplina: Metodologias de Trabalho Integrado e Protagonismo Popular

Ementa: Prática social, prática profissional e atuação interdisciplinar. Instâncias de participação, avanços, limites e desafios. Metodologia de trabalho integrado entre profissionais das políticas públicas: saúde, educação, assistência e previdência. Organizações populares na perspectiva da territorialização.

Objetivo da disciplina: Estudar os princípios do trabalho integrado nas políticas públicas e do protagonismo popular na perspectiva da territorialização.

Competências e Habilidades:

- Compreender a metodologia de trabalho integrado entre profissionais das políticas públicas: saúde, educação, assistência e previdência;
- Atuar profissionalmente de forma interdisciplinar;
- Entender o conceito de metodologia e trabalho integrado, bem como de trabalho em rede e fazer a aplicação dos mesmos.

Conteúdo Programático 1: A práxis profissional e o trabalho integrado entre profissionais das políticas públicas: saúde, educação, assistência e previdência.

Conteúdo Programático 2: A atuação profissional interdisciplinar e as três dimensões orientativas para o trabalho profissional: teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da prática profissional.

Conteúdo Programático 3: Conceitos de metodologia e trabalho integrado e a participação e protagonismo: conceitos, exercício, desafios e o controle social e a organizações populares.

Conteúdo Programático 4: Perspectiva da territorialização e a importância do trabalho em rede: conceito, organização, classificação e requisitos.

Bibliografia:

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social Intencionalidade e Instrumentalização**. 3ª ed. Veras Editora – São Paulo – SP. 2013.

FAZENDA, I. C.A. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas In: **O Que é interdisciplinaridade?** / FAZENDA, I. C.A (org.). — São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, N.A. **Serviço Social e Interdisciplinaridade**: Confluências e Desafios. In: Simpósio mineiro de assistentes sociais. 2016.

GUARÁ, I. M. F. R et al. **Redes de Proteção Social**. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História, 2010. p. 20-21.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOGA, D. Proteção social no território: entre o texto e o contexto. In: **Uni Ítalo em Pesquisa**, São Paulo SP, v.6, n.2 abril 2016.

MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo, Rio de Janeiro, Record, 2001.

Demais referências:

BOURGUIGNON, J. A. BARBOSA, M. T. concepção de rede de proteção social em serviço social. In: **II congresso internacional de política social e serviço social**: desafios contemporâneos III seminário nacional de território e gestão de políticas sociais II congresso de direito à cidade e justiça ambiental – Londrina – PR – 2017.

CAMARDELO, A.M.P, BERTELE, E. et. al. Controle Social: Desafios Políticos E Operacionais. In: **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas** – JOIMPP – Universidade Federal do Maranhão – UFMA – Maranhão – MA- 2017.

CARDOSO, M. dos. S; PEREIRA, C.A. **Reflexões sobre ética, cotidiano e práxis profissional da/o Assistente Social**. In: Revista Serviço Social em perspectiva. Vol. 2 n. 1. Montes Claros – MG. 2018.

CARVALHO, F. A. O Serviço Social e a interdisciplinaridade, **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, p. 74-79. 2012.

GUARÁ, I. M. F. R; GONÇALVES, A.S. Redes de proteção social na comunidade. In: **Redes de proteção social** / [coordenação da publicação GUARÁ, I. M. F. R] -- 1. ed. -- São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.p. 11-19.

KOGA, D. Subsídios para delimitação do território de Proteção Social Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos, a partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília – DF, 2015.

MARX. K.: **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel** ed. Boitempo. São Paulo-SP 2010.

MONNERAT, G.L. SOUZA, R.G. de. Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil In: Revista Katalisis v.14 n.1 Florianópolis – SC- 2011.

NASCIMENTO, S. do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan-mar, 2010.

SOUSA, C.T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: **Revista Emancipação**, Ponta Grossa -PR 8(1): 119-132, 2008.

SPOSATI, A. Do assistencialismo à assistência social: o modelo de seguridade social brasileiro IN: **X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Madrid, España, 2004.

TELES, V. CABANES, R. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n.58, p. 85-102, 2016.

Disciplina: Organização e gestão do trabalho social

Ementa: Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social; Organização e gestão do trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às expressões das questões sociais.

Competências e Habilidades:

- Compreender a importância das transformações e avanços ocorridos ao longo da trajetória do Serviço Social;
- Utilizar ferramentas de gestão de pessoas para tornar a práxis mais assertiva;
- Entender as principais implicações em relação a Gestão do Trabalho Social.

Conteúdo Programático 1: Análise da Trajetória Teórico-Prática do Serviço Social.

Conteúdo Programático 2: O Serviço Social – do Desenvolvimentismo ao Movimento de Reconceituação.

Conteúdo Programático 3: Organização do Trabalho do Assistente Social: O Espaço da Ação Cotidiana.

Conteúdo Programático 4: A Prática Social (Práxis) e o Projeto Ético-Político.

Conteúdo Programático 5: A Gestão do Trabalho Social

Conteúdo Programático 6: A Gestão do Trabalho do Assistente Social.

Conteúdo Programático 7: A Produção e Reprodução das Relações Sociais.

Conteúdo Programático 8: A reestruturação produtiva: uma nova morfologia do trabalho.

Bibliografia:

FREIRE, Lúcia M. B. O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: Espaços, programa e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, M. Ozanira da Silva e. (Coord). O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3. ed. São Paulo: Cortez, 200.

Disciplina: Assistência à saúde das famílias

Ementa: Acesso a política de assistência à saúde. Estado de bem-estar social, físico e social. Modelo de assistência à saúde no Brasil. Diversos papéis da mulher na sociedade contemporânea. Planejamento familiar. Campanhas de promoção de saúde. Humanização na saúde. Ações afirmativas.

Competências e Habilidades:

- Refletir sobre o contexto de acesso a saúde a mulher e a criança conforme a CF/88.
- Compreender a atenção a saúde da mulher conforme as orientações do Ministério da Saúde.
- Desenvolver a conhecimento crítico no sentido de compreender o papel social da mulher na sociedade contemporânea.
- Desenvolver propostas referentes à humanização em relação ao atendimento à mulher e a criança na saúde.

Conteúdo Programático 1: Garantia de acesso a Assistência à Saúde, como direito fundamental efetivado na constituição Federal de 1988.

Conteúdo Programático 2: Concepção do estado de bem-estar social, físico, mental e social.

Conteúdo Programático 3: Modelo de assistência à saúde no Brasil (SUS)

Conteúdo Programático 4: Maternidade e os diversos aspectos relacionados aos vários papéis desenvolvidos pela mulher na sociedade contemporânea.

Conteúdo Programático 5: Planejamento familiar na interface do controle de natalidade.

Conteúdo Programático 6: Diagnósticos de demandas populacionais para a implantação de formulação de campanhas de promoção de saúde.

Conteúdo Programático 7: Estratégias para a humanização no atendimento no âmbito da saúde.

Conteúdo Programático 8: Ações Afirmativas de promoção de Saúde.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Legislação do SUS. 2003.604p. disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg_sus.pdf acesso 210 dez.2018

BRASILIA. Ministério da Saúde. Protocolo de atenções Básicas: saúde das Mulheres.2016. 231p.

Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf .

BRASILIA. Ministério da Saúde. Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico. 60p..

Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf> acesso 20 dez.2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Criança. 29p. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_materiais_informativos.pdf.

Coelho, Edméia de Almeida Cardoso, eat al. Integralidade do cuidado à saúde da mulher: limites da prática profissional. Esc Anna Nery Rev Enferm 2009 jan-mar; 13 (1): 154-160. Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n1/v13n1a21>. acesso em 20 dez.2018.

Santos, Joselito. ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER NO BRASIL: aspectos de uma luta social.

Disponível em

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Joselito_Santos236.pdf acesso 20 dez.2018.

Disciplina: Gestão de Políticas Públicas e Mecanismos de Participação

Ementa: Cidadania, participação cidadã e espaços de representação e construção coletiva do público; Políticas públicas e os atores governamentais, não-governamentais ou empresariais; Desafios de implementação: pessoas, finanças e administração de políticas públicas.

Objetivo da disciplina: Compreender como se constroem os espaços coletivos e em que medida a sociedade pode participar da elaboração das políticas públicas.

Competências e Habilidades:

- Saber atuar com o orçamento público, tendo em vista a dimensão fiscalizadora, realizando intervenções para que as prioridades estejam baseadas em critérios de justiça social;
- Acompanhar a elaboração e aplicação dos recursos públicos, visando uma gestão pública pautada na transparência;
- Compreender a importância dos mecanismos de planejamento participativo, bem como munir a população de instrumentos para mudança da realidade.

Conteúdo Programático 1: Realidade Brasileira e Papel do Estado.

Tema base: Mesmo com a consolidação de um Estado Democrático de Direito, a disputa da democracia com o mercado é uma dicotomia presente nos debates sobre os rumos da gestão pública brasileira.

Conteúdo Programático 2: Os Modelos de Gestão. Políticas Públicas e Atores Sociais.

Tema base: O Estado como um terreno de disputa de interesses diversos e de contradições permanentes. O avanço do neoliberalismo modifica as relações de poder e altera o formato do Estado no Brasil. As novas pautas, a “confluência perversa” e a conjuntura política mundial contribuem para o surgimento de novos atores sociais.

Conteúdo Programático 3: Orçamento na Gestão Pública.

Tema base: Acompanhar a elaboração e aplicação dos recursos públicos é central para que tenhamos uma gestão pública pautada na transparência. O orçamento público, além da dimensão

fiscalizadora, significa evitar desperdícios e intervir para que as prioridades estejam baseadas em critérios de justiça social.

Conteúdo Programático 4: A Importância do Controle Social e a Crise de Representatividade.

Tema base: O controle e a participação são um importante contraponto a lógica de gestão pública arcaica e centralizadora existente na maioria dos municípios brasileiros, para que se amplie a eficácia e a qualidade das políticas públicas, que podem ficar mais próximas das necessidades e demandas da população. Alguns setores organizados, que costumam ter seus interesses atendidos pelo Poder Público, desestimulam a participação política e o exercício da cidadania da maioria da população.

Conteúdo Programático 5: A Organização dos Espaços Coletivos.

Tema base: A esfera privada deve se subordinar aos interesses públicos e aos respectivos mecanismos de decisão. Alguns espaços públicos decisórios são constituídos pelo Estado e outros são de iniciativa da sociedade civil organizada. Democracia em três tipos: representativa, participativa e direta. Os movimentos sociais têm o potencial de converter demandas individuais em causas coletivas.

Conteúdo Programático 6: Indicadores Sociais e Direito à Informação e Governo Aberto e Democracia Digital.

Tema base: A legislação federal determina a criação de espaços coletivos importantes, notadamente de conselhos de gestão de políticas públicas. Indicadores são ferramentas essenciais para o controle social. O acesso à internet cresceu bastante no Brasil. No entanto, ainda existem muitos fatores que criam constrangimentos para a participação virtual dos cidadãos.

Conteúdo Programático 7: Sustentabilidade e o Direito à Cidade.

Tema base: Novos atores sociais atuam e interferem na governança local na defesa da agenda da sustentabilidade. O conceito de desenvolvimento sustentável está diretamente ligado à necessidade de participação popular nas decisões estratégicas.

Conteúdo Programático 8: Governança local.

Tema base: Os mecanismos de planejamento participativo podem empoderar a população de instrumentos para mudança da realidade. Os conselhos municipais são ferramentas relevantes da democracia brasileira, mas são subutilizados pelo poder público e pela população.

Bibliografia:

AVRITZER, L.; NAVARRO, Zander (Orgs.). A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003. p. 129-156.

GARCIA, R.C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23, 7:70, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; GRAZIA, Grazia de. Experiências de orçamento participativo no Brasil (período de 1997 a 2000). Petrópolis: Vozes, Fórum Nacional de Participação Popular, 2003.

Demais referências:

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. São Paulo: Editora Globo, 2001.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis, novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 60, p. 43-66, fev. 2006.

Disciplina: Desenvolvimento de Projetos Sociais: Planejamento, Captação de Recursos e Redes Sociais

Ementa:

Elaboração de Projetos Sociais, compreendendo suas etapas diagnóstico, planejamento, implantação, coordenação, acompanhamento e avaliação. Introdução às políticas públicas e sociais, conhecer a origem das políticas sociais e sua formulação no Brasil. Articulação com a rede, identificando os atores que possam contribuir no desenvolvimento das intervenções e ações propostas. Estudo dos processos de captação de recursos, assim como a importância da prestação de contas nas instituições.

Competências e Habilidades

- Identificar demandas para a elaboração de um Projeto

- Estabelecer metas de forma objetiva e compreensiva
- Conhecer e elaborar métodos de avaliação e monitoração dos processos
- Compreender as formas de captação de recursos para o projeto

Conteúdo Programático

Conteúdo Programático 1: Introdução às Políticas Públicas e Sociais

Conhecer o processo histórico das políticas sociais e sua formulação no Brasil, assim como seus fundamentos e objetivos. A relação entre Estado e Sociedade. Análise da questão social e suas representações. Análise do contexto conjuntural para a elaboração de projetos condizentes com a necessidade do território e demanda do público assistido.

Conteúdo Programático 2: Elaboração do Projeto

Apresentação da estrutura do projeto. Identificação do objeto de intervenção e objetivos. Detalhamento das atividades, priorização, delegação de tarefas, prazos e orçamento.

Conteúdo Programático 3: A importância da Articulação de Rede

Mapeamento dos serviços do território, instituições públicas, privadas ou comunitárias. Construção de Rede Socioassistencial e estabelecimento de parcerias, visando legitimar as ações realizadas no território, assim como ampliar o campo de intervenções sociais.

Conteúdo Programático 4: Captação de Recursos, financiamento e prestação de Contas

Compreender as formas de financiamento e recursos. Prospecção de patrocinadores e participação da sociedade civil. Formulação da prestação de contas e indicadores para avaliação do projeto.

Bibliografia básica

CARVALHO, M. M. de; RABECHINI JÚNIOR, R. Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 5ª Ed., São Paulo, Atlas, 2019.

VALLON, M.H.R; ROSSO, J.E. Introdução à Gestão de Projetos Sociais: Ferramentas de Trabalho e Processo de Elaboração, Implantação e Avaliação, ed. UFMG, 2017.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 9ª ed., São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, A. Captação de recursos para Projetos Sociais, São Paulo: Intersaberes, 2013

Bibliografia complementar

CEREZUELA, D.R. Planejamento e Avaliação de Projetos Culturais da Ideia à ação. Edições SESC, São Paulo, 2015

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. Assistência Social e trabalho no Capitalismo, São Paulo: Cortez, 2018.

GOHN, M.G. Educação não formal e educador social [livro eletrônico]: atuação no desenvolvimento de projetos sociais, São Paulo: Cortez, 2013

Disciplina: Gestão de Projetos Sociais: Execução, Monitoramento e Avaliação

Ementa: A importância do planejamento para a gestão de projetos sociais, reconhecendo suas etapas de implantação: execução, monitoramento e avaliação.

Objetivo da disciplina: Reconhecer a fundamental importância da conjuntura das políticas sociais para o desempenho de profissionais que atuam nas áreas sociais, que cada dia mais estão ocupando funções que exigem conhecimento sobre a gestão social em instituições públicas e privadas. Aprimorar a formação desses profissionais, como eixo estratégico para que possam agregar habilidades e competências, sob referenciais ético político, além de razoável acúmulo dos trâmites orçamentários e administrativos.

Competências e Habilidades:

- Compreender a relevância das políticas sociais para o desenvolvimento dos planos, programas e projetos sociais.
- Conhecer a prática profissional na área social vinculado com o planejamento social e gestão social;
- Reconhecer as etapas de implantação de um projeto social: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

Conteúdo Programático 1: Relevância conjuntural das políticas sociais para a gestão social de projetos sociais. O ponto de partida para a gestão de projetos sociais implica no reconhecimento dos principais aspectos constitutivos que caracterizam o contexto no qual o

projeto pretende intervir, bem como a identificação das necessidades apresentadas pelos cidadãos e do território onde serão realizadas as intervenções.

Conteúdo Programático 2: Planejamento Social na Gestão de Projetos Sociais. Reconhecer que o planejamento é um processo permanente e metódico sobre abordagem de questões que se colocam no mundo. Pressupõe caminhos a serem percorridos, tais como: as providências necessárias, o acompanhamento da execução das atividades, o controle, a avaliação e redefinição da ação

Conteúdo Programático 3: Elaboração de Projetos Sociais e suas etapas. Conhecimento das etapas na elaboração de projetos sociais. A necessidade de responder as seguintes questões norteadoras “o que queremos? Qual o público-alvo? Como será o andamento do projeto? Qual o orçamento?” O entendimento desses quatro elementos deverá ser apropriado pelo profissional que optar pela gestão social de projetos sociais, afinal, a implementação de um projeto social deve ser estratégica, buscando responder com segurança, de maneira clara e objetiva, os detalhes mais importantes, o “como” o projeto será executado. Os órgãos e demais parceiros envolvidos no projeto deverão ter o devido acúmulo de conhecimento de todo o projeto e deverão acompanhar essa etapa de implementação, pois ela é estratégica e fundamental para a execução bem-sucedida.

Conteúdo Programático 4: Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais. Monitoramento é o acompanhamento contínuo e cotidiano realizado pelos gerentes sociais, coordenadores e/ou técnicos responsáveis pela execução dos projetos sociais em relação a seus objetivos e metas. Trata-se de função inerente à gestão dos projetos sociais, provendo informações e aprimorando a operacionalização. Já a Avaliação é definida como um procedimento que possibilita a verificação objetiva e sistemática do desenho, da execução e dos resultados do projeto, objetivando avaliar a pertinência e o alcance das ações e/ou atividades implementadas em relação aos objetivos propostos. Verificação da eficácia, da efetividade, do impacto e da sustentabilidade das mudanças desejadas e alcançadas pelo projeto como propósitos de processos avaliativos utilizados em projetos sociais. A clareza sobre os objetivos e a lógica do projeto são fundamentais na definição dos indicadores, bem como os dados que são produzidos com periodicidade, possibilitando a comparação entre eles.

Bibliografia básica:

BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2ª ed. Veras Editora, São Paulo, 2003.

LAURELL, Asa Cristina (org). Estado e Políticas sociais no Neoliberalismo. 2ª ed. Cortez Editora, São Paulo, 1997.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org). Avaliação de Políticas e Programas Sociais – teoria e prática. Veras Editora, São Paulo, 2001.

Bibliografia complementar:

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Tomo Editorial, Porto Alegre, 2009.

FLEURY, Sonia. Rede de Políticas: novos desafios para a gestão pública. Administração em Diálogos, v. 07, p. 77-89, São Paulo, 2005. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/download/671/468

MAGALHÃES, Selma Marques. Avaliação e Linguagem – relatórios, laudos e pareceres. Veras Editora, São Paulo, 2003.

Disciplina: Comunicação Popular e Comunitária

Ementa: Fundamentos da Comunicação Humana. Comunicação Popular e Comunitária. Novas tecnologias e utilização de técnicas de comunicação no cotidiano da prática profissional.

Objetivo da disciplina: Aprender a práxis da comunicação popular e comunitária enquanto fundamento e processo da gestão social.

Competências e Habilidades:

- Compreender a importância da comunicação humana, bem como suas características e especificidades;
- Refletir sobre o papel da comunicação popular e comunitária;
- Saber utilizar a comunicação popular e comunitária de forma eficaz, se aproximando da população, de forma mobilizadora e que promova a conscientização das pessoas.

Conteúdo Programático 1: Fundamentos da Comunicação Humana.

Conteúdo Programático 2: Comunicação Popular e Comunitária.

Conteúdo Programático 3: Conceito de Comunicação. Filosofia da linguagem. Fundamentos da Comunicação Popular e Comunitária.

Conteúdo Programático 4: Participação. Meios de Comunicação. Democratização da Comunicação.

Conteúdo Programático 5: Novas tecnologias e utilização de técnicas de comunicação no cotidiano da prática profissional.

Conteúdo Programático 6: Comunicação na práxis profissional.

Conteúdo Programático 7: Fundamentos e impactos das Novas Tecnologias da Informação.

Conteúdo Programático 8: Práticas de Comunicação Popular e Comunitária e as novas tecnologias.

Bibliografia:

BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). Marxismo e filosofia da linguagem. 4. ed. Tradução de M. Lahud e Y.W. Pereira. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. Os gêneros do discurso. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TRAVAGLIA, L. C. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1997.

Demais referências:

AGUIAR, C.B. Imprensa e Eleições 89: imagens e atores da política. Revista Comunicação e Política, p. 178-192, 1994.

BOBBIO, Norberto. O futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2003

COSTA, Guilherme Borges da. Rádio CAIC – uma experiência do rádio como instrumento para mobilização popular no Jardim União da Vitória, em Londrina/ PR. Monografia (Especialização em Comunicação Popular e Comunitária) - Universidade Estadual de Londrina, Julho, 2005.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. Comunicação, Educação e novas tecnologias: tríade do século XXI. Revista Comunicação e Educação. ECA/USP. Jan/abr de 2002.

GUTIERREZ, Francisco. Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1978.

LAUDON, Keneth C., LAUDON, Jane P. Sistemas de Informação. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

13. Infraestrutura física e pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

